



REVISTA NA PRÁTICA AMBIENTAL

v.11 2025

www.napraticaambiental.com.br

**Do planejamento
à execução: o
trabalho de
supressão
vegetal
da Vimef**

**Inovação no
Monitoramento
Ambiental:
Estações
Compactas da
Aires Serviços
Ambientais**

NATHALIA CASTRO

**Gerente de Meio Ambiente e Licenciamento
Ambiental: "Trabalhar da Trabalho"**

FALTAM 60 DIAS PARA A COP30

Visite Belém-PA!



Imagem do Relógio, ponto
turístico de Belém-PA localizado
na Praça Siqueira Campos,
também conhecida como Praça
do Relógio, que faz parte do
complexo arquitetônico do
Mercado Ver-o-Peso.



@RIVA_CASTRO

Imagem gentilmente cedida por Rivelino Castro, fotógrafo paraense especialista em “vestir paredes com arte”. Conheça seus quadros em @riva_castro!

BEM-VINDOS(AS)

Sejam bem-vindos à 11ª edição da Revista Na Prática Ambiental!

Com esta edição, celebramos um marco muito especial: em setembro de 2025, a revista completa **2 anos de existência**. Dois anos de histórias, entrevistas, reportagens e aprendizados que têm inspirado profissionais ambientais de todo o Brasil e ampliado a voz da Amazônia no cenário nacional e internacional.

O que começou como um projeto para **conectar recém-formados e profissionais em início de carreira** se tornou, em pouco tempo, uma plataforma de impacto. Hoje, a revista já soma milhares de downloads, dezenas de entrevistados e parcerias que fortalecem a ideia de que a comunicação é uma ferramenta essencial para a ação climática.

Chegamos à 11ª edição às vésperas da **COP30, que terá Belém como palco global**. Esse contexto reforça ainda mais o papel da revista: mostrar que a ****carreira ambiental**** vai além da técnica e que a **comunicação** é motor de engajamento e transformação.

Cada página desta edição é um convite: para aprender, refletir e, principalmente, **agir**. Seja você estudante, profissional, empresa ou instituição, sua voz importa e faz parte dessa rede.

Obrigada por estar conosco até aqui.

Que venham muitas outras edições e conquistas juntos!

À todos vocês, o meu muito obrigada!

Equipe Na Prática Ambiental
[@brumaiseco](https://www.instagram.com/brumaiseco)





Tudo o que você precisa para atuar com **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**



► ► CURSOS, EBOOKS, MENTORIA E SOFTWARE



 @gustavocoser.eng



www.escoladolicenciamento.com.br



FALE COM A GENTE

SAC – SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

Autoatendimento:
www.napraticaambiental.com.br
Whatsapp: (27) 99772-3977

De Segunda a Sexta feira, das
09h às 17h

DISPONIBILIZAÇÃO DA REVISTA

Para baixar a sua revista digital:
www.napraticaambiental.com.br

LICENCIAMENTO DE CONTEÚDO

Para adquirir os direitos de
reprodução de textos e imagens,
envie um e-mail para
napratica.ambiental@gmail.com

CORRESPONDÊNCIAS

Comentários sobre o conteúdo
editorial da Revista Na Prática
Ambiental, sugestões e críticas:
envie um e-mail para
napratica.ambiental@gmail.com

PUBLICIDADE NA PRÁTICA AMBIENTAL

Anuncie na *Revista Na Prática Ambiental* e fale com o público leitor exclusivo da carreira ambiental.

Envie um e-mail para
napratica.ambiental@gmail.com

Tel: (27) 99772-3977

REVISTA NA PRÁTICA AMBIENTAL

DIRETORA: Brunella Pianna Veronez

DESIGN: Alanna Julia Oliveira

Revista Na Prática Ambiental – ano 02, v. 05
2025, edição 11 é uma publicação bimestral da
Na Prática Ambiental, uma marca da Aspecto
Consultoria em Sustentabilidade Ambiental Ltda
(CNPJ 3379895/0001-69). Nome Fantasia: Aspecto
Sustentabilidade. Sede – Belém-PA.
www.napraticaambiental.com.br



CAPA | FOLHAS VERDES

7 NATHALIA CASTRO*“Trabalhar da trabalho”*

MEIO FÍSICO

12 Entre o alarde e a omissão:
o que realmente está em jogo
no novo PL do Licenciamento
Ambiental

MEIO AMBIENTE PELO MUNDO

**16 Soluções Baseadas na
Natureza (NBS) para adaptação
às mudanças climáticas**

ATUAÇÃO FLORESTAL

**20 Do planejamento à
execução:** o trabalho de
supressão vegetal da Vimef



20 Coluna Social Ambiental

*Dar voz e foco aos profissionais
destaques na área ambiental*

IIH, FORMEI. E AGORA?

**24 Mais que experiência,
uma vivência profissional:
Case COP30.**



DIREITO AMBIENTAL

25 PL 2159/21: mudanças no
licenciamento ambiental – o
que esperar?

MEIO AMBIENTE NA PRÁTICA

**31 Inovação no Monitoramento
Ambiental:** Estações Compactas da
Aires Serviços Ambientais

ESG

**34 Como saberemos que ESG está
realmente funcionando?**

CLIMA NA PRÁTICA

**35 Mais que experiência,
uma vivência profissional:
Case COP30.**



SEJA NOSSO PARCEIRO



A Revista está em todo o país e em algumas regiões no exterior. São cerca de 500 downloads por edição em várias cidades brasileiras.



REVISTA
**NA PRÁTICA
AMBIENTAL**



www.napraticaambiental.com.br

FOLHAS VERDES COM **NATHALIA CASTRO**

Gerente de Meio Ambiente e Licenciamento



"Trabalhar da Trabalho"

Para esta edição das Folhas Verdes, a Revista Na Prática Ambiental tem a honra de apresentar uma entrevista inspiradora com **Nathalia Castro**, bióloga formada pela UFMG e engenheira ambiental. Com uma carreira construída sobre paixão, persistência e propósito, Nathalia trilhou uma trajetória marcada por desafios e conquistas até chegar à posição de **Gerente de Meio Ambiente**. Em nossa conversa, ela compartilhou experiências, reflexões e conselhos valiosos para quem deseja seguir o caminho da sustentabilidade com coragem e protagonismo.

QUEM É A NATHALIA?

Mineira raiz, apaixonada por pão de queijo, doce de leite e torresmo, Nathalia nasceu e cresceu em Belo Horizonte. Foi lá que construiu sua base, morando com os pais, estudando e conquistando um dos maiores orgulhos da sua trajetória: a formatura em Biologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Passar no vestibular não foi fácil — exigiu um ano intenso de cursinho, mas também provou sua garra e determinação.

Depois de formada, surgiu a oportunidade que mudaria sua vida: em 2016, Nathalia deixou as montanhas de Minas para viver em Santos (SP), cidade litorânea que até então era apenas um sonho distante para quem sempre amou o mar. A mudança aconteceu sozinha, sem rede de apoio, mas foi abraçada com coragem. E Santos acabou lhe presenteando com mais do que uma carreira: foi lá que ela conheceu seu marido, com quem construiu uma vida ao longo dos últimos oito anos.

Mas a história não parou por aí. Depois de mais de uma década de formada, Nathalia decidiu resgatar um desejo antigo: tornar-se engenheira. Como na época a UFMG não oferecia Engenharia Ambiental, esse sonho ficou guardado na gaveta — até que ela criou coragem para retomá-lo. Hoje, carrega com orgulho uma dupla formação: bióloga e engenheira ambiental. Para ela, esse caminho é também um recado: nunca desistir do que se deseja, porque o tempo vai passar de qualquer forma.

POR QUE VOCÊ ESCOLHEU A ATUAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL?

A paixão de Nathalia pelo meio ambiente nasceu antes mesmo da escolha acadêmica. Desde jovem, sempre se sentiu conectada à natureza: praias, cachoeiras, o movimento da água e a vida em suas múltiplas formas eram fonte de paz e encantamento.

Quando entrou no cursinho preparatório para o vestibular, a ideia inicial era seguir para a Enfermagem, outra vocação que unia cuidado e dedicação às pessoas. Mas foi ali que uma professora de Biologia mudou sua trajetória. Com aulas que despertavam conexão profunda com a natureza e revelavam a importância da conservação da biodiversidade, Nathalia descobriu que sua admiração pelo meio ambiente poderia também se tornar profissão.

A partir desse encontro inspirador, abandonou a ideia da Enfermagem e abraçou a Biologia com convicção. A escolha não foi apenas acadêmica: foi um marco pessoal, um convite para transformar paixão em propósito. Até hoje, Nathalia dedica esse início de caminho à professora que lhe mostrou que o amor pela natureza também tinha espaço no mercado de trabalho.

COMO FOI PARA CONSEGUIR O SEU PRIMEIRO EMPREGO NA ÁREA AMBIENTAL?

O meu primeiro emprego não foi fácil, mas confesso que tive um pouco de sorte também — estar no lugar certo, na hora certa. Durante a faculdade, sempre busquei estágios nos laboratórios da Biologia: passei pelo de bioquímica, de botânica e, principalmente, pelo de peixes, onde trabalhei em um projeto em parceria com a CEMIG sobre transposição em usinas hidrelétricas. Ali tive a certeza de que estava no caminho certo, de que a área ambiental era onde eu queria seguir.

Um dia, vi um cartaz na universidade sobre estágio

na Vale, uma empresa que eu sempre admirava quando via as propagandas na TV. Me inscrevi, passei por um processo seletivo longo e concorrido, e consegui a vaga. No fim, não era diretamente na Vale, mas na Ferrovia Centro-Atlântica, controlada pela mineradora. Foi lá que cresci profissionalmente: fiz dois anos de estágio e sempre me dediquei como se já fosse efetiva. Acredito muito que, quando mostramos o nosso trabalho, a consequência vem.

E veio mesmo. Quando me formei, em 2011, a empresa estava se reestruturando, nascia a VLI — uma companhia de logística integrada que crescia muito no país. Como já atuava na área ambiental e de licenciamento, fui contratada como analista júnior. Acabei ficando sete anos, aprendendo muito e contribuindo para diversos projetos pelo Brasil.

Se eu puder dar uma dica é essa: aproveitem as portas de entrada. Estágio, trainee, jovem aprendiz... tudo isso é chance real de mostrar valor. Foi assim que conquistei meu primeiro emprego.

MEIO AMBIENTE É A PROFISSÃO DO FUTURO?

Essa pergunta é até engraçada, porque desde a época da minha primeira faculdade, entre 2006 e 2011, já existia esse lema dentro da sala de aula: “Não desistam, gente, porque biologia é a profissão do futuro. Meio ambiente é a profissão do futuro.”* E até hoje, tantos anos depois, a gente ainda repete isso. Mas aí eu me pergunto: que futuro é esse? Porque o futuro já chegou.

Na minha visão, a gente precisa inverter essa lógica. Meio ambiente não é a profissão do futuro — é a profissão do presente. Se há décadas atrás já tivéssemos enxergado isso, talvez os impactos atuais fossem menores. Hoje convivemos diariamente com as consequências das mudanças climáticas: enchentes, ondas de calor extremo, falta de água em várias regiões, queimadas devastadoras, desmatamento desenfreado e perda de biodiversidade.

Eu acredito que o desenvolvimento precisa acontecer — empresas devem crescer, novas iniciativas precisam nascer, obras são necessárias. Mas tudo isso pode e deve ser feito de forma sustentável. Como bióloga e engenheira ambiental, defendo o desenvolvimento aliado ao respeito ambiental. É possível crescer reduzindo resíduos, economizando água, investindo em fontes de energia mais limpas, planejando de forma responsável.

O meio ambiente é, sim, a profissão do presente. E é justamente agora que temos a chance de construir um futuro melhor, garantindo que as próximas gerações tenham recursos e qualidade de vida.

HOJE VOCÊ ATUA NO CARGO DE LIDERANÇA NA ÁREA AMBIENTAL. QUAL É O SEU CONSELHO PARA QUEM QUER CHEGAR NESTA FUNÇÃO?

O meu conselho é simples: trabalhar dá trabalho. Eu aprendi essa frase com uma liderança de uma das empresas por onde passei, e levo comigo até hoje. Para crescer, evoluir e contribuir, é preciso dedicação, entrega e o sentimento de dono do negócio — sempre buscando soluções, agregando valor e mostrando a sua importância.

Quando estamos na cadeira de analista ou especia-

lista, já somos líderes de nós mesmos. Cada entrega é individual, mesmo dentro de uma equipe. Se você consegue gerar valor sozinho, imagine o impacto quando tem uma equipe para liderar? Por isso, acredito que o segredo é focar no presente: fazer o melhor no cargo atual, buscar a melhor entrega possível e, ao mesmo tempo, pensar nos próximos passos.

A minha trajetória é prova disso. Demorei 14 anos para chegar ao cargo de gerente. Passei por todas as etapas: estagiária, analista júnior, pleno, sênior, especialista, coordenadora... até conquistar a posição que ocupo hoje. Não foi rápido. Fiquei cinco anos na mesma cadeira de analista júnior, e poderia ter desistido ou mudado de área, mas preferi persistir. Esse é um dos conselhos mais importantes: ter paciência e resiliência, porque as coisas acontecem no tempo certo.

Também acredito muito no poder da formação. Nossa carreira é nossa responsabilidade, não da empresa. Por isso, vá atrás de autodesenvolvimento: faça uma boa faculdade (não importa se federal ou particular, mas faça bem feito), aproveite os estágios como porta de entrada, dê o seu melhor quando estiver dentro da empresa. Mostre trabalho, seja curioso, faça perguntas, entenda como o negócio funciona e como a sua função impacta o todo.

E nunca pare de aprender. Se puder, faça pós-graduação, cursos, especializações. Se não tiver condições, use os recursos gratuitos: vídeos no YouTube, artigos, matérias na internet. Leia sobre a área em que atua, sobre o setor em que trabalha. Tudo isso, somado ao longo do tempo, gera um resultado muito positivo.

Esse é o caminho: paciência, persistência, trabalho duro e busca constante por aprendizado.

QUAIS SÃO AS HABILIDADES REQUERIDAS PARA QUEM ESTÁ ENTRANDO NO MERCADO AMBIENTAL AGORA?

Eu acredito que o mercado ambiental mudou muito ao longo do tempo. No passado, a carreira não tinha tanta visibilidade como hoje. Com os sistemas de gestão, o "E" do ESG passou a integrar de fato a estratégia de negócios das empresas. Isso abriu muito espaço para a área ambiental, mas também aumentou as exigências.

A primeira habilidade essencial continua sendo a técnica. Nossa profissão é essencialmente técnica, então é fundamental ter conhecimento em legislação ambiental, gestão, certificações, mudanças climáticas, riscos e oportunidades ambientais. Essa base é o que garante solidez para qualquer atuação.

Mas não basta. Hoje é indispensável ter habilidades estratégicas: entender como o negócio funciona e tra-

duzir questões ambientais em linguagem de valor para a empresa. Mostrar que gerenciar impactos não é custo, e sim ganho — porque evita riscos, reduz despesas futuras e fortalece a reputação.

Outro ponto é a comunicação. Na nossa área, negociamos com comunidades, ONGs, clientes, órgãos ambientais... então precisamos desenvolver a capacidade de dialogar, convencer e influenciar. E junto com isso vem a tecnologia. Vivemos a era da inteligência artificial e das soluções digitais, então é preciso estar antenado em como usar inovação para potencializar a gestão ambiental.

E claro, existem as famosas *soft skills*. O inglês hoje não é mais diferencial, é requisito. Além dele, entram habilidades comportamentais como pensamento crítico, visão analítica, resiliência e adaptabilidade. A área ambiental está em constante mudança, e muitas vezes ainda é vista como custo dentro das empresas. É preciso ter persistência para ouvir "nãos" e continuar mostrando que meio ambiente é estratégia, é futuro e é presente.

Essas, para mim, são as principais habilidades para quem quer não apenas entrar, mas permanecer, crescer e fazer a diferença na nossa área.

NA SUA POSIÇÃO, QUAIS SÃO OS MAIORES DESAFIOS COM AS CONTRATAÇÕES? QUAIS HABILIDADES ESTÃO FALTANDO PARA OS PROFISSIONAIS AMBIENTAIS NO MERCADO?

Nos processos de contratação que participei, percebi que um dos principais desafios é encontrar profissionais que consigam equilibrar o conhecimento técnico com a visão estratégica. É claro que quem está entrando agora no mercado ainda não tem essa maturidade, mas mesmo em cargos mais altos vejo falta desse equilíbrio. O profissional precisa entender por que o seu trabalho é importante para a empresa, por que a sua posição existe. É mais do que cumprir questões legais: é mostrar qual valor positivo você gera para o negócio — e o que a empresa perde se não tiver alguém naquela função.

Outra coisa que sinto falta é o famoso *brilho nos olhos*. Muitas vezes percebo que o candidato está ali só pela vaga, porque precisa de um emprego, mas não necessariamente por acreditar de verdade na área ou se identificar com ela. Isso faz muita diferença.

Também observo falta de insistência e persistência. Vejo profissionais que passam muito pouco tempo em cada empresa. Entram, não se adaptam, saem. Ou entram esperando promoção em dois anos e, quando não acontece, desistem. Mas a realidade é que crescimento leva tempo. Para ser promovido, é preciso entregar além do que foi contratado. E desistir rápido acaba passando a imagem de falta de resiliência.

No fim, o que eu busco são pessoas responsáveis,

confiáveis, que tenham brilho nos olhos, paciência para construir a carreira e queiram realmente permanecer. O técnico a gente aprende com curso, experiência, rotina. O mais difícil — e mais valioso — é o comportamental: resiliência, comprometimento, persistência. Porque ninguém contrata pensando em desligar. Queremos profissionais que se entreguem de verdade, que cresçam junto com a equipe e tragam valor para a empresa.

QUAL É A MAIOR DIFICULDADE PARA VOCÊ NA ATUAÇÃO COMO LÍDER?

Eu tenho menos de dois anos de experiência como líder. Vim de uma carreira sólida como técnica, analista, especialista... e agora estou aprendendo a ser líder junto com a minha equipe. Por isso, no momento, a minha maior dificuldade é lidar com pessoas diferentes: personalidades distintas, expectativas diferentes, níveis de maturidade variados. Entender em detalhe como cada um funciona, quais são os interesses e quais desenvolvimentos cada pessoa precisa para que, no fim, eu consiga entregar os resultados que a empresa espera.

Outro desafio grande é engajar e motivar o time em momentos de pressão. Em empresas grandes, nem sempre os projetos que queremos colocar em prática vão adiante. Muitas vezes, por questões de custo ou prioridades, boas ideias acabam não saindo do papel. Manter a motivação da equipe nesses momentos exige bastante equilíbrio.

Além disso, eu atuo em uma área corporativa que tem um viés operacional, mas que também exige visão estratégica. Então, mostrar esse equilíbrio para o time — para que não fiquem presos só à correria do dia a dia e deixem de lado a visão de gestão — é algo que considero desafiador.

E, claro, tem o meu próprio desenvolvimento como líder: aprender a controlar as emoções, não deixar questões pessoais afetarem o trabalho, inspirar mais como líder e menos como chefe. Saber delegar sem parecer imposição ou cobrança excessiva ainda é algo que estou ajustando, mas que melhora a cada dia.

Eu costumo dizer que talvez seja parecido com ser mãe (embora eu não seja): uma mãe nasce quando nasce um filho. Da mesma forma, um líder nasce no momento em que assume a liderança. Eu estou aprendendo junto com a minha equipe — e acredito que encontrar esse equilíbrio seja o maior desafio, mas também o maior aprendizado.

VOCÊ JÁ ALCANÇOU O SEU SUCESSO PROFISSIONAL?

De pronto, eu diria que não. Sou muito grata e feliz por tudo o que conquistei até aqui, e me sinto satisfeita com a posição atual, mas acredito que ainda tenho muito es-

paço para crescer. Eu não gosto de zona de conforto — gosto de evolução, de me desafiar. Sempre que sinto que já dei o meu máximo em uma posição, começo a olhar para o próximo passo.

Hoje estou há poucos meses em uma cadeira gerencial, depois de ter passado pela experiência como coordenadora. Ainda preciso me consolidar nessa função, mas já penso nos desafios seguintes, em como posso atuar de forma mais estratégica, contribuindo diretamente para o crescimento do negócio.

Olhando para o mercado, vejo um cenário positivo, especialmente para nós, mulheres em posições de liderança e dentro da pauta ESG. Muitas empresas estão criando áreas robustas de sustentabilidade e trazendo o tema para o centro da estratégia. Essa tendência deve continuar, e isso abre muitas portas.

Então, para resumir: já conquistei muito do que sonhei, mas não considero que tenha chegado ao meu “sucesso final”. Ainda tenho metas, ainda quero crescer, mas com calma e consistência, sempre um passo de cada vez.

DEIXE UM RECADO PARA QUEM ESTÁ CHEGANDO AGORA NO MERCADO.

Se eu puder deixar um recado para quem está entrando na área ambiental agora, primeiro: seja bem-vindo. Essa é uma das áreas mais essenciais e desafiadoras que existem, especialmente diante das mudanças climáticas e de todas as questões ambientais que vivemos. Trabalhar com meio ambiente vai além de uma profissão — é um compromisso com o futuro do planeta, das próximas gerações e com o desenvolvimento sustentável.

Por isso, quem está chegando precisa ter em mente que essa é a profissão do presente, não do futuro. O poder de agir e influenciar já está nas suas mãos: no ambiente de trabalho, na comunidade e em qualquer espaço em que você se coloque. É preciso ter coragem para inovar, questionar, propor soluções sustentáveis e melhorias. E, acima de tudo, é preciso ter paixão. Porque se nós, que trabalhamos com isso, não acreditarmos, ninguém vai acreditar.

A área ambiental é a válvula propulsora dentro das empresas: tudo que acontece de ambiental nasce ou passa por nós. E isso é uma grande responsabilidade, mas também uma oportunidade incrível. Então venha com brilho nos olhos, com vontade de fazer a diferença. Aqui há muito espaço para crescer, para implantar ideias transformadoras e para deixar sua marca.

“Venha, e seja protagonista dessas mudanças.”

Entre o alarde e a omissão: o que realmente está em jogo no novo PL do Licenciamento Ambiental



Bernardo Caires

<https://www.linkedin.com/in/bernardocaires/>

Engenheiro ambiental com sólida atuação na Amazônia, Bernardo Caires lidera iniciativas de licenciamento e gestão socioambiental na mineração e metalurgia, conectando alta performance técnica e visão estratégica para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Muito tem se falado sobre o Projeto de Lei que propõe uma nova abordagem para o licenciamento ambiental no Brasil. Há discursos alarmistas, que enxergam retrocessos irreparáveis, e há defesas apressadas, que tratam a proposta como solução de todos os problemas da morosidade estatal. Mas, antes de tomar partido, é essencial olhar com honestidade para o que temos hoje. O sistema atual carrega virtudes importantes, mas também gargalos que, há anos, comprometem sua efetividade como instrumento de gestão ambiental.

É importante reconhecer que parte do alarde em torno do PL não nasce apenas de preocupação ambiental legítima, embora ela exista e deva ser considerada com seriedade. Há também setores que se beneficiam do modelo atual, com suas zonas cinzentas e lacunas normativas, onde a complexidade vira oportunidade de mercado. Um sistema mais claro, eficiente e robusto pode, sim, representar perda de espaço para modelos de negócio baseados na ambiguidade. Ainda assim, não se pode deslegitimar as críticas técnicas ao projeto. A história mostra que abrir mão de controle sem uma base sólida de governança é perigoso. E, quando não se tem robustez institucional, a promessa de agilidade pode virar, no futuro, uma conta cara: ambiental, jurídica e socialmente.

A estrutura vigente é sustentada por resoluções técnicas, muitas delas fundamentais, editadas pelo CONAMA, um conselho de composição colegiada que, até hoje, cumpre papel central na definição de padrões ambientais. Já existe uma divisão federativa clara, especialmente após a Lei Complementar 140/2011, que distribui as responsabilidades entre municípios, para impactos locais, estados, para impactos regionais, e União, para impactos nacionais ou de interesse federal. Isso já é um ganho. O licenciamento está institucionalizado nos entes federativos e faz parte da rotina dos órgãos ambientais.

Para conduzir toda essa engrenagem institucional, onde decisões técnicas, normas gerais e responsabilidades federativas se entrelaçam, existe uma estrutura de base: o SISNAMA, o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Ele foi desenhado para garantir uma gestão descentralizada, em que União, estados e municípios atuem de forma articulada, respeitando as diferentes escalas de impacto e as capacidades de cada ente. No papel, o sistema busca coerência sem engessamento, mas sua efetividade depende de regras claras, capacidade técnica e, sobretudo, de vontade política para fazer a engrenagem girar como deveria.

Por outro lado, o modelo atual enfrenta dificuldades visíveis. Empresas contratam consultorias que geram volumes imensos de informação técnica, mas que raramente são explorados em sua profundidade pelos órgãos ambientais. A falta de estrutura, pessoal e ferramentas adequadas reduz o processo a um rito burocrático: paga-se pelo estudo, protocola-se, aguarda-se a licença. Poucos estados aplicam inteligência ambiental de fato, com análise de impacto cumulativo ou sobreposição de áreas. Na maior parte dos casos, o licenciamento não consegue cumprir seu papel estratégico de orientar a ocupação do território com base em dados e gestão.

Nesse cenário, é legítima a busca por mais celeridade. Os órgãos ambientais estão sobrecarregados e subvalorizados. Analistas mal remunerados, equipes reduzidas e alta demanda criam gargalos que não se resolvem apenas com boa vontade técnica. O texto do PL reconhece isso ao propor ferramentas de simplificação e maior foco em empreendimentos de interesse nacional. Até aqui, a proposta faz sentido. Mas há riscos que não podem ser ignorados e que precisam ser enfrentados com maturidade.

Um deles é a aposta na autodeclaração como caminho para agilizar o licenciamento. O histórico do Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um alerta: quando o Estado abre mão do controle prévio sem estruturar mecanismos de verificação, o resultado é fragilidade institucional, retrabalho e perda de credibilidade. O equilíbrio está em facilitar, sim, mas sem abrir mão de critérios, contrapesos e responsabilização.

Outro ponto crítico está na forma como o PL trata os instrumentos de avaliação ambiental. Embora cite o EIA/RIMA, o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), o Estudo Ambiental Preliminar (EAP) e outros, o texto não apresenta critérios técnicos mínimos para aplicação de nenhum desses estudos. O caso do EIA/RIMA é simbólico: mesmo sendo o estudo mais estruturante do modelo atual, ele segue vinculado à Resolução CONAMA nº 01/1986, uma norma antiga e genérica, que carece de atualização. Ao não propor uma evolução conceitual clara, o PL reforça a insegurança jurídica, mantém a dependência de termos de referência customizados e repete fragilidades técnicas já conhecidas no sistema. Essa lacuna se estende aos demais instrumentos previstos, que também carecem de diretrizes robustas para garantir qualidade, comparabilidade e segurança decisória.

No mesmo sentido, a proposta introduz a Li-

cença Ambiental Única (LAU), que permite consolidar todas as etapas do licenciamento em um único ato autorizativo. Embora esse formato possa ser eficaz para empreendimentos de baixo impacto, a ausência de critérios técnicos específicos amplia o risco de que projetos de maior complexidade sejam licenciados sem a devida análise faseada. Isso é particularmente sensível no caso da mineração, atividade incluída no escopo da lei e que envolve impactos distintos e cumulativos, exigindo avaliação segmentada e controle continuado. Por outro lado, vale reconhecer méritos em inovações como a Licença de Operação Corretiva (LOC), que atende à necessidade de regularizar empreendimentos em operação informal num contexto de Estado ausente e moroso. Já a Licença Ambiental Especial (LAE) foi detalhada pela Medida Provisória nº 1.308/2025, que exige EIA/RIMA, pelo menos uma audiência pública e prazo máximo de 12 meses para análise, além de prever revisão bienal da lista de empreendimentos estratégicos. Apesar disso, não atualiza critérios técnicos nem garante salvaguardas contra decisões políticas sobrepondo parâmetros ambientais. Para ter legitimidade, a LAE deveria estar, por exemplo, vinculada a pareceres técnicos robustos, com critérios claros e transparência nas decisões.

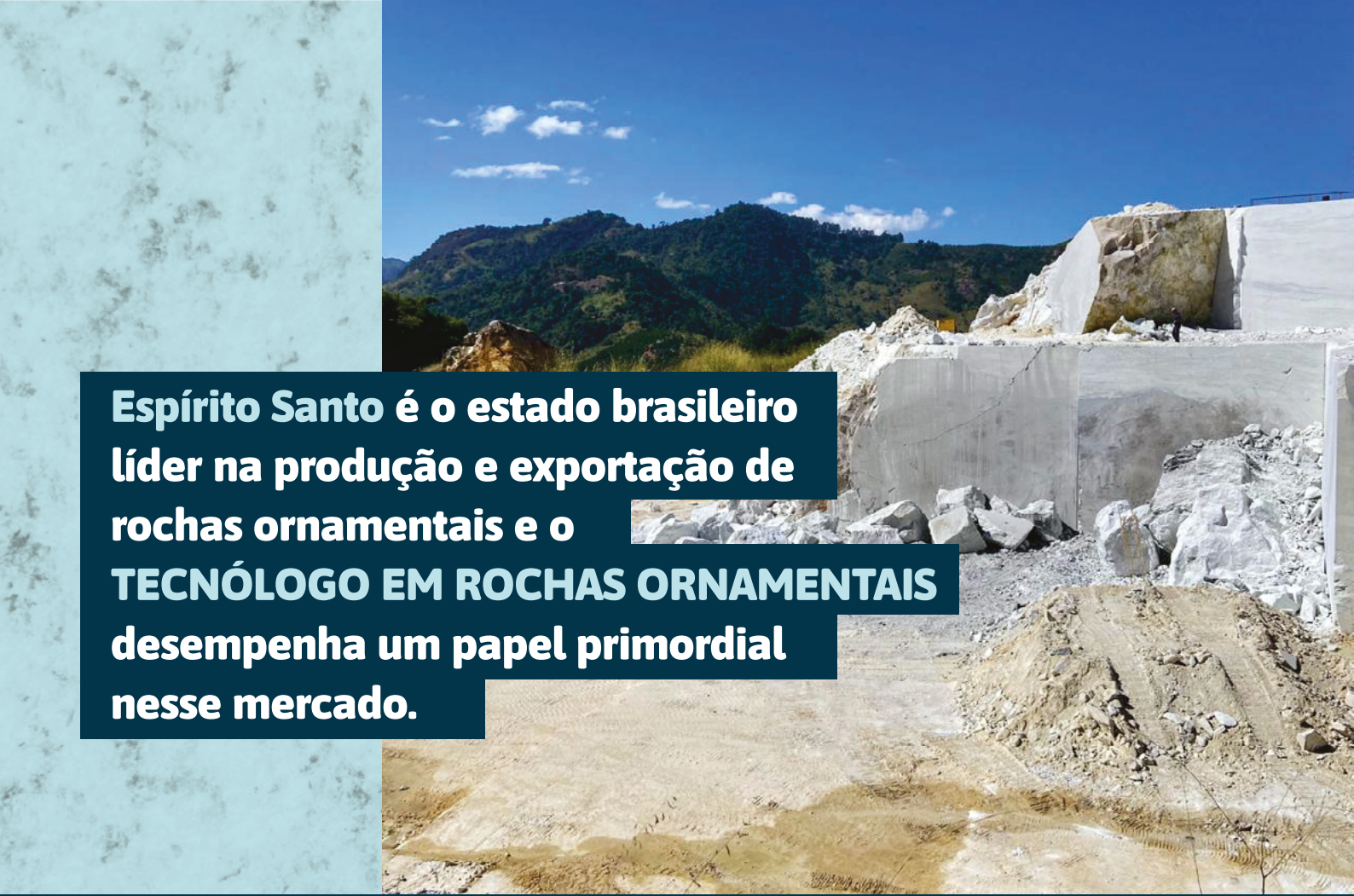
O PL original também alterava a forma de participação de órgãos auxiliares, tornando não vinculantes as manifestações de entidades como Funai, Iphan, ICMBio e Fundação Palmares. Ser vinculante significa que a manifestação do órgão precisa, obrigatoriamente, ser considerada na decisão final; já não vinculante indica que ela pode ser relativizada ou até ignorada pelo órgão licenciador. Com o veto presidencial, esse caráter vinculante foi mantido, preservando a influência dessas instituições na decisão final. Embora muitas vezes sobrecarreguem o processo com informações pouco aproveitadas para análises estratégicas, esses pareceres cumprem papel de proteção formal. O desafio é integrá-los de forma mais ágil e objetiva, inclusive com possibilidade de complementação posterior, evitando que se tornem entraves desnecessários e duplicação de cobranças por papel.

O debate público, no entanto, tem sido marcado por uma guerra de narrativas. A cobertura mi-

diática e a adesão de influenciadores à alcunha de “PL da Devastação” refletem mobilização legítima, mas muitas vezes desprovida da profundidade técnica que o tema exige. Essa simplificação pode gerar desinformação e comprometer o espaço para o debate qualificado. Colocar em lados opostos a preservação e o desenvolvimento só reforça estigmas que pouco colaboram com soluções.

O verdadeiro debate deveria estar centrado em qual o grau de preservacionismo ou conservacionismo deve orientar o licenciamento em diferentes realidades. Em áreas críticas e de alta sensibilidade socioambiental, a lógica deve ser de buscar a preservação, com critérios mais rígidos. Já em regiões consolidadas ou estratégicas para o desenvolvimento nacional, como áreas com vocação mineral, o caminho deve ser o da conservação inteligente, permitindo uso sustentável dos recursos com responsabilidade técnica e social.

A forma como o PL 2159/2021 foi estruturado evidencia a necessidade de regulamentações complementares para reduzir seus riscos, como a autodeclaração descontrolada, a ausência de critérios claros para os estudos ambientais, a unificação de fases sem diretrizes específicas e a carência estrutural dos órgãos licenciadores. Nesse contexto, o projeto merece mais críticas do que elogios, não por viés ideológico, mas por coerência técnica. Ao mesmo tempo, parte das críticas públicas peca pela superficialidade. Barrar o PL isoladamente não resolve a morosidade, a sobreposição de competências, o receio frente ao Ministério Público nem o excesso de dados técnicos sem uso prático. Com o PL, tal como está, passando ou não com os vetos, a pauta precisará continuar em discussão para sua complementação ou revisão frente às lacunas que ainda existem — e, pelo jeito, continuarão existindo. Vale lembrar que o Congresso tem até 24 de setembro de 2025 para deliberar sobre a manutenção ou derrubada dos vetos presidenciais, o que poderá alterar pontos sensíveis, como a participação dos órgãos auxiliares. Por isso, o alarde não ajuda muito a resolver a situação. Os envolvidos precisam tomar posse do tema, discutir, debater, influenciar e orientar os legisladores, não apenas ir para o Instagram, buscar sanções e depois esquecer o assunto.



Espírito Santo é o estado brasileiro líder na produção e exportação de rochas ornamentais e o TECNÓLOGO EM ROCHAS ORNAMENTAIS desempenha um papel primordial nesse mercado.

O **Tecnólogo em Rochas Ornamentais**, profissional graduado por renomadas Instituições de Ensino Superior, é especialista na área específica de atuação, profundo conhecedor da atividade que atua, podendo ter Pós graduação, Mestrado ou Doutorado! **Desempenha um papel crucial em diversas etapas do ciclo produtivo de exploração de rochas, tais como pesquisa, desenvolvimento da lavra, beneficiamento e venda, e que são utilizadas principalmente na construção civil.**

Atuação do Tecnólogo:

Pesquisa Mineral: identificar e analisar as reservas de rochas ornamentais;

Extração: otimização do processo, implementando métodos que minimizem o desperdício de material, reduzindo os custos e o impacto ambiental;

Beneficiamento: atua para melhorar a qualidade e a aparência do produto final;

Vendas e Marketing: estratégia de vendas, utilizando seu conhecimento técnico para orientar os clientes sobre as propriedades e aplicações das rochas ornamentais, garantindo maior durabilidade.

Contrate um Tecnólogo em Rochas Ornamentais



Sindicato dos
Tecnólogos do
Espírito Santo



Soluções Baseadas na Natureza (NBS) para adaptação às mudanças climáticas

Direto da Cidade do Panamá



Jorge Gabriel Conte Burrell

Empresário, Ambientalista e Escritor

Jorge G. Conte B., empresário verde panamenho e ambientalista com mais de 20 anos de trajetória, é referência na América Latina por seu trabalho em economia circular, resiliência climática e soluções baseadas na natureza. Cofundador e CEO da Ecologic, S.A., já liderou projetos de adaptação, restauração da biodiversidade e captura de carbono em parceria com instituições globais. Reconhecido internacionalmente, integra desde 2008 o Programa Global de Mercúrio da ONU, foi vencedor do Prêmio Nacional de Produção Mais Limpa (2013) e eleito “Herói de Gênero” das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (2015). Autor do livro *Palavras Verdes* (2024), também atua como colunista em veículos como *La Prensa* e *La Estrella de Panamá*, trazendo reflexões que conectam ciência, política e engajamento cívico sobre temas como segurança hídrica, justiça ambiental e a bacia do Canal do Panamá como biorregião estratégica.

As Soluções Baseadas na Natureza (NBS) para adaptação às mudanças climáticas estão ganhando crescente reconhecimento e importância globalmente, e a América Latina e o Caribe não são exceção. Seu futuro imediato é muito promissor, impulsionado pela necessidade urgente de encontrar estratégias de adaptação econômicas e multifuncionais.

FUTURO IMEDIATO DAS SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA (NBS) PARA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O futuro imediato das SbN na América Latina e no Caribe é caracterizado por maior integração, escalabilidade e busca de mecanismos de financiamento inovadores. Espera-se que eles se consolidem como peça-chave nas estratégias nacionais e subnacionais de adaptação.

Principais tendências e características:

1. Maior reconhecimento e integração nas políticas: As SbN estão sendo cada vez mais incorporadas aos planos de adaptação às mudanças climáticas (NDCs) dos países, bem como às leis e políticas locais sobre uso da terra, gestão de riscos e desenvolvimento sustentável. O objetivo é passar de projetos isolados para a integração sistêmica.

2. Abordagem multissetorial: A implementação das SbN se expandirá além da conservação ambiental tradicional, abrangendo setores como agricultura, planejamento urbano, infraestrutura, saúde e gestão da água.

3. Ênfase na cocriação e no conhecimento local: A importância de envolver as comunidades locais, povos indígenas e afrodescendentes na concepção e implementação das SbN, valorizando

seus conhecimentos tradicionais e garantindo que as soluções sejam culturalmente apropriadas e sustentáveis, será ainda mais reconhecida.

4. Desenvolvimento de indicadores e métricas: Haverá um esforço maior para desenvolver estruturas robustas para medir a eficácia e os co-benefícios das SbN (não apenas ambientais, mas também sociais e econômicas), o que facilitará sua justificativa e acesso ao financiamento.

5. Inovação na implementação: Veremos mais projetos que combinam NBS com infraestrutura "cinza" (engenharia tradicional) para alcançar soluções mais resilientes e econômicas (infraestrutura "verde-cinza"). Serão também exploradas soluções inovadoras, como a adaptação baseada em ecossistemas costeiros e marinhos.

6. Aumento do investimento do setor privado: Embora o financiamento público seja crucial, espera-se que o setor privado aumente sua participação, impulsionado pela compreensão dos riscos climáticos para suas operações e pela identificação de oportunidades de investimento na natureza.

Exemplos de Soluções Baseadas na Natureza relevantes para a região:

1. Restauração e proteção de ecossistemas florestais: Reflorestamento, manejo florestal sustentável, prevenção do desmatamento. Isso ajuda no sequestro de carbono, regulação da água, prevenção de deslizamentos de terra e conservação da biodiversidade.

2. Gestão sustentável de bacias hidrográficas: Restauração de margens de rios, conservação de pântanos e charnecas, melhoria da cobertura ve-

getal em áreas de recarga de água para garantir o abastecimento e a qualidade da água e reduzir o risco de inundações e secas.

3. Infraestrutura verde urbana: Criação de parques urbanos, telhados verdes, jardins de chuva, corredores ecológicos e manejo de árvores urbanas para reduzir o efeito de ilha de calor, melhorar a qualidade do ar, gerenciar a água da chuva e aumentar a permeabilidade do solo.

4. Conservação e restauração de ecossistemas costeiros e marinhos: Manguezais, recifes de coral, dunas de areia e ervas marinhas atuam como barreiras naturais contra o aumento do nível do mar, tempestades e erosão costeira, além de proteger a biodiversidade marinha.

5. Agricultura e pecuária sustentáveis: Práticas como agrofloresta, agricultura de conservação, silvipastoril e manejo integrado de pragas e doenças que melhoram a saúde do solo, a resiliência das culturas, a segurança alimentar e o sequestro de carbono.

6. Gestão de zonas úmidas: Restauração de pântanos, pântanos e pântanos para regulação da água, purificação natural, conservação da biodiversidade e mitigação de inundações.

FONTES RELEVANTES DE FINANCIAMENTO PARA AS SBN NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

O financiamento é um dos maiores desafios para a implementação em larga escala das Sbn. As fontes são diversas e geralmente exigem uma combinação inteligente delas:

Fundos Internacionais para o Clima:

- **Fundo Verde para o Clima (GCF):** É o principal mecanismo multilateral de financiamento climático e apoiou vários projetos de Sbn na região.

- **Fundo de Adaptação (AF):** Focado especificamente na adaptação, é uma fonte importante para projetos comunitários e locais.

- **Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF):** Apoia projetos que abordam biodiversidade, mudanças climáticas e degradação da terra, muitas vezes com um forte componente de Sbn.

- **Iniciativa Internacional para o Clima da Alemanha (IKI):** Financia projetos de proteção climática e da biodiversidade em países em desenvolvimento e emergentes, incluindo muitas Sbn.

Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs):

- **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):** Aumentou significativamente sua carteira de projetos de Sbn e oferece empréstimos, assistência técnica e financiamento de doações.

- **CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe:** Peça-chave no financiamento de infraestrutura verde e NBS na região.

- **Banco Mundial:** Por meio de seus vários fundos e programas, apoia projetos de resiliência climática que incorporam as Sbn.

- **Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE):** Relevante para a América Central.

- **Banco de Desenvolvimento do Caribe (CBD):** Importante para o Caribe.

Cooperação bilateral:

Agências de cooperação de países como Alemanha (GIZ, KfW), Noruega, Suécia, Holanda, Reino Unido, França (AFD) e Estados Unidos (USAID), que alocam fundos para projetos de desenvolvimento sustentável e ação climática, incluindo NBS.

Setor privado e investimentos de impacto:

1. Títulos Verdes e Sustentáveis: Instrumentos financeiros que levantam capital para projetos com benefícios ambientais e sociais. Eles estão ganhando força na região, emitidos por governos e empresas.

2. Fundos de Investimento de Impacto: Fundos de capital de risco e outros que buscam não apenas retornos financeiros, mas também impactos positivos mensuráveis no meio ambiente e na sociedade.

3. Esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): Mecanismos pelos quais os beneficiários de serviços ecossistêmicos (por exemplo, água limpa) pagam àqueles que os conservam ou restauram (por exemplo, proprietários florestais em bacias hidrográficas). Embora já existam há algum tempo, sua aplicação à adaptação está crescendo.

4. Investimento corporativo: Empresas que investem em SbN como parte de suas estratégias de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), mitigação de riscos climáticos em sua cadeia de valor ou conformidade com metas de sustentabilidade (por exemplo, empresas de água que investem na proteção de bacias hidrográficas).

Fundos Nacionais e Subnacionais:

1. Orçamentos públicos: À medida que as SbN são integradas ao planejamento, os governos nacionais e locais alocam fundos de seus orçamentos para projetos.

2. Fundos Nacionais para o Clima: Alguns países estabeleceram seus próprios fundos para canalizar recursos para a ação climática.

3. Impostos e taxas ambientais: Em alguns casos, podem ser estabelecidas taxas ou taxas para o uso de recursos naturais ou para a poluição, cujo produto é utilizado para projetos de conservação e adaptação.

Organizações Não Governamentais (ONGs) e Filantropia:

1. A Conservação da Natureza (TNC)

2. Conservação Internacional (CI)

3. WWF

4. IUCN

5. fundações filantrópicas (Fundação Bezos, Fundação Bill & Melinda Gates)

Essas organizações desempenham um papel crucial no financiamento, implementação e mobilização de recursos para as SbN. O principal desafio é mobilizar a escala de investimento necessária, que é significativamente maior do que o fluxo atual. Para isso, é essencial melhorar a preparação de projetos, criar marcos regulatórios favoráveis e promover alianças estratégicas entre os setores público, privado e da sociedade civil.

DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO: O TRABALHO DE SUPRESSÃO VEGETAL DA VIMEF



Karla Costa, Coordenadora de Meio Ambiente na Construtora Andrade Gutierrez: *“O diferencial foi a experiência e a postura da equipe da Vimef. Sempre acessíveis, colaborativos e preparados para lidar com imprevistos. Isso traz confiança e faz toda a diferença no campo, porque sabemos que o trabalho será feito com responsabilidade, sem necessidade de cobrança constante.”*



Vinicius Evangelista, gerente operacional da Vimef: *“O que mais orgulha a Vimef nesse trabalho é a execução de 100% do escopo técnico dentro do prazo acordado com o cliente, sem acidentes de trabalho, sem registros de ouvidorias feitas pela comunidade local junto ao nosso cliente final e sem qualquer processo ou pendência com órgãos de fiscalização nas esferas municipal, estadual e nacional.”*

Na busca por alternativas na geração de energia e visando ampliar a infraestrutura energética do Brasil, o complexo da Usina Termelétrica (UTE) Novo Tempo Barcarena que está sendo construído no Pará, já é considerado um dos maiores empreendimentos energéticos do país. O projeto tem como objetivo fornecer energia para mineradoras e empresas da região, impulsionar o desenvolvimento local e atender à crescente demanda por geração elétrica.

Mas agora vamos voltar um pouco na obra do complexo, previsto para entrar em operação em 2026, para falarmos de um trabalho importante, que precisa ser feito com critério e cuidados ambientais para garantir o sucesso da obra: a supressão vegetal. Para que o complexo começasse a ser construído, o desafio da Vieira e Meira Florestal (Vimef) era fazer a supressão vegetal dos 410.000 m², o equivalente a 41 hectares, que dariam lugar à nova usina.

Segundo o Engenheiro Florestal Dr. Vinicius Evangelista, Gerente Operacional da Vimef, o clima amazônico foi um dos maiores desafios da execução. “Essa foi uma grande obra em que a Vimef atuou recentemente, em termos de área e importância. Além de lidar com as fortes chuvas da região, trabalhamos também para construir um bom relacionamento com a comunidade. Nosso papel é executar a supressão com segurança e eficiência, garantindo o cumprimento das exigências legais e minimizando ao máximo os impactos ambientais”, destacou.

ETAPAS DO TRABALHO

O trabalho realizado pela Vimef é considerado a primeira etapa da obra e precisa ser finalizado integralmente para viabilizar a implantação do empreendimento. O sucesso da supressão vegetal depende de um planejamento estratégico, gestão integrada de recursos e cumprimento rigoroso da legislação ambiental. Entre as principais fases do processo, estão:

1 - Planejamento: antes de iniciar a supressão, é feito um diagnóstico da área com levantamento da vegetação e da fauna, identificação de impactos potenciais e elaboração de medidas que garantam menor interferência possível no meio ambiente. A partir dessas informações, é elaborado o plano de supressão, em conformidade com o licenciamento ambiental do empreendimento, que inclui a Autorização de Supressão Vegetal (ASV).

2 – Estrutura e cronograma: com a obra autorizada, é desenvolvido um cronograma detalhado, além de um sistema de gestão que envolve profissionais especializados, equipamentos e toda a estrutura de apoio necessária, como alojamentos, áreas de vivência, fornecimento de água e alimentação.

3 - Execução: a etapa de remoção da vegetação é realizada seguindo normas ambientais e técnicas que minimizam os impactos. Nessa fase, são aplicadas medidas de afastamento de fauna e resgate de animais, acompanhados por uma equipe especializada de biólogos. Espécies vegetais de interesse também são identificadas e destinadas ao manejo adequado. O acompanhamento contínuo garante que nenhum animal seja deixado para trás e que a conclusão da obra ocorra de forma segura.



Foto 1: Etapa de traçamento da madeira em Barcarena.



Foto 2: Baldeio e empilhamento da madeira que passou pelo processo de supressão

MEDIDAS AMBIENTAIS INTEGRADAS

Mais do que cumprir a etapa de supressão, a Viméf precisou adotar uma atuação integrada, em parceria com diferentes equipes, para garantir o cuidado ambiental do processo.

“A supressão de vegetação nunca é realizada de forma isolada e nem como uma atividade única dentro de um projeto dessa magnitude, mas sim como parte de um processo ambiental previsto no licenciamento do empreendimento. Cumprimos todas as etapas em conjunto com a equipe de afugentamento e resgate de fauna e flora, e também em conexão com a equipe de construção civil que recebeu as áreas já liberadas pela Viméf”, afirmou o engenheiro Vinícius.

RESULTADOS

Para Karla Costa, Coordenadora de Meio Ambiente na Construtora Andrade Gutierrez, empresa responsável pela construção da termelétrica, os resultados de mais de um ano de parceria foram positivos, com sucesso no cumprimento de todas as exigências, tanto ambientais, quanto as de segurança do trabalho. *“Um dos grandes desafios era alinhar todas as interfaces envolvidas no projeto de forma que tudo saísse dentro da qualidade exigida e em conformidade com a legislação. É um processo sensível, de grande responsabilidade, que exige comprometimento em cada detalhe e a Viméf se comprometeu”, ressaltou.*

Karla também falou sobre a importância do trabalho da Viméf. *“Sem a supressão vegetal, simplesmente não seria possível iniciar a construção da usina. A parceria com a Viméf foi fundamental e muito bem-sucedida. Já existia uma relação de confiança de outros projetos, que mais uma vez se fortaleceu em Barcarena. Esse case pode abrir portas para novas frentes de trabalho”, finalizou.*

A obra em Barcarena foi usada como espelho e rendeu para Viméf a recomendação à certificação da ISO 9001, uma norma internacional que estabelece requisitos para um Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ). Essa conquista demonstra o compromisso da empresa com a qualidade, aumentando a confiança de clientes e parceiros.



OS BASTIDORES DA CARREIRA AMBIENTAL NO BRASIL



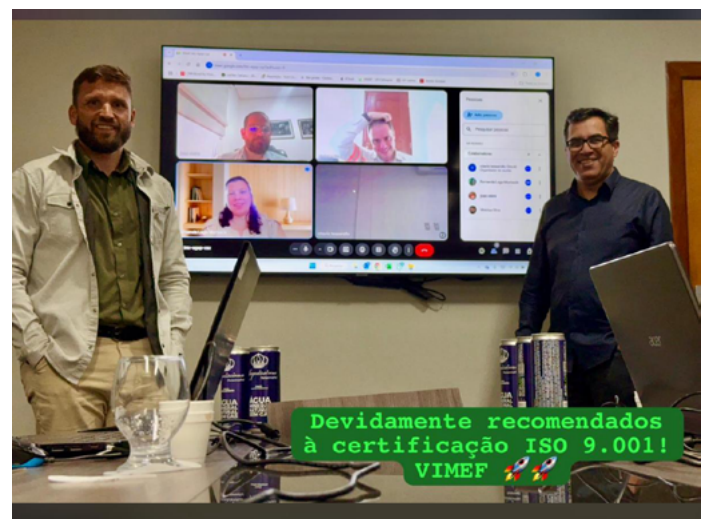
Brunella Veronez, Renato Muzzolon e Henrique Gonzalez dividiram o palco para falar de IA no CENATEC em Manaus!



A Engenheira Química Jessica Devequi Castro é uma das finalistas do **2ª Edição do Prêmio Mina** na categoria na ciência e pesquisa. Desejamos sucesso, Je!!!! Certeza que esse prêmio será seu!



Bianca Cabral concluiu a sua especialização em Direito Minerário e Ambiental. Parabéns Bianca.... siga arrasando!



A Vimef Soluções Florestais teve seu sistema de gestão recomendado para Certificação ISO 9001:2015. Parabéns Vimef! Que essa certificação traga ainda mais frutos!

MAIS QUE EXPERIÊNCIA, UMA VIVÊNCIA

PROFISSIONAL: CASE COP30

Retornando ao assunto de origem da nossa querida coluna “Ih, formei” aqui na Revista Na Prática Ambiental, abordaremos nessa edição de aniversário um tema importante, mas que na maioria das vezes é negligenciado: “o voluntariado”. Durante a graduação, são inúmeras as oportunidades que os estudantes se deparam com atividades que vão além da sala de aula, e entre elas está o trabalho voluntário, que mesmo não sendo remunerado de forma financeira, pode ser extremamente valioso para o desenvolvimento profissional e pessoal.

Esse tipo de experiência contribui de forma significativa para a formação acadêmica, especialmente no desenvolvimento de soft skills, como comunicação, trabalho em equipe, liderança, empatia, gestão do tempo, resiliência e adaptabilidade, habilidades cada vez mais valorizadas pelos empregadores, além de ampliar as chances de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso, haja vista a vivência profissional adquirida com a participação nas atividades voluntárias.

Além disso, o voluntariado coloca o estudante em contato com diferentes públicos, criando oportunidades de networking que podem se transformar em estágios, empregos ou parcerias futuras. Mais do que isso, participar voluntariamente de projetos e eventos demonstra comprometimento, responsabilidade e proatividade, qualidades essenciais para quem busca se destacar em processos seletivos.

Um exemplo marcante, no sentido negativo, é a oportunidade de voluntariado oferecida pela organização da COP30, conferência da ONU sobre mudanças climáticas que será realizada aqui dentro de casa, em Belém/PA, no mês de novembro de 2025, onde foram abertas cerca de quatro mil vagas com direito a uma formação de 120 horas em temas como mudanças climáticas, comunicação intercultural e turismo, além da certificação como atividade extracurricular e a possibilidade de ampliar a rede de contatos profissionais.

Apesar disso, até o final de agosto de 2025,

apenas 54,6% das vagas foram preenchidas, pouco mais da metade do total disponível, o que significa o desperdício de uma oportunidade grandiosa num momento único para o país, que é a realização do maior evento global sobre a temática ambiental.

Estudantes precisam entender que transformar a vivência em ações voluntárias em diferencial competitivo é possível e necessário, onde a comunicação e a capacidade de relacionamento adquiridas em projetos dessa natureza refletem diretamente no desempenho em entrevistas e dinâmicas de grupo. Da mesma forma, a resiliência e a adaptabilidade desenvolvidas ajudam a enfrentar situações desafiadoras em ambientes reais de trabalho, onde a liderança e a proatividade demonstradas no voluntariado chamam a atenção dos recrutadores e podem acelerar a conquista de uma colocação.

Somado a tudo isso, o networking criado durante essas experiências oferece visibilidade e acesso a oportunidades profissionais, enquanto o engajamento em causas sociais reforça propósito e valores pessoais alinhados ao mercado.

Concluindo, mesmo sem remuneração, o trabalho voluntário durante a graduação se mostra como uma das experiências mais transformadoras que um estudante pode vivenciar, pois reforçando, desenvolve competências essenciais, fortalece o currículo, amplia a rede de contatos e proporciona vivências relevantes e significativas. Infelizmente a experiência da COP30 mostrou que muitas vezes grandes oportunidades são subestimadas por falta de conscientização ou incentivo, mas é justamente nesses momentos que se encontra a chance de crescimento e de trilhar um caminho profissional sólido e de sucesso. Desejo sempre muito sucesso e bora trabalhar!



Gustavo Coser

Engenheiro Ambiental

PL 2159/21: **mudanças no licenciamento** **ambiental – o que esperar?**

Colunista:



Cássia Azevedo Clésio

Advogada, Legal Designer, Mediadora Extrajudicial

O Projeto de Lei nº 2159/2021, conhecido como “PL do Licenciamento Ambiental”, reacendeu intensos debates sobre os limites entre a preservação ambiental e a expansão das atividades econômicas no Brasil. Voltado a reformular as regras do licenciamento ambiental, o texto busca simplificar procedimentos, reduzindo a burocracia e oferecendo maior previsibilidade a empreendedores de diferentes setores, em especial ao agronegócio.

Na prática, a proposta estabelece hipóteses em que atividades agrícolas, pecuárias e etc poderiam ser dispensadas de licenciamento. A lógica seria a de que determinados empreendimentos, considerados de baixo risco ambiental, não necessitariam submeter-se a análises demoradas e custosas, permitindo maior dinamismo ao setor produtivo. Para os defensores do projeto, essa flexibilização seria essencial para destravar investimentos, estimular a competitividade do agro brasileiro e alinhar o país às práticas de desburocratização.

Entretanto, a simplificação proposta não é unânime. Críticos apontam que o PL pode fragilizar a proteção de ecossistemas sensíveis e abrir espaço para a intensificação de, por exemplo, desmatamentos ilegais. A ausência de licenciamento em determinadas atividades é vista como uma brecha perigosa, sobretudo em um contexto em que a preservação ambiental se tornou um ativo estratégico nas negociações internacionais. Nesse sentido, um ponto de tensão central é o risco de que a busca por agilidade no trâmite de projetos venha a comprometer a cre-

dibilidade ambiental do Brasil perante parceiros comerciais.

O agronegócio, diretamente interessado no avanço da proposta, encontra-se no centro dessa discussão. De um lado, há o argumento de que a redução de entraves burocráticos permitirá ampliar a produção e consolidar o papel do país como potência agroexportadora. De outro, emerge a preocupação de que a facilitação excessiva do licenciamento reduza a segurança jurídica de investidores, diante da possibilidade de questionamentos judiciais e da pressão internacional por práticas sustentáveis.

Assim, o PL 2159/21 não deve ser compreendido apenas como uma medida técnica de gestão ambiental, mas como um marco de redefinição da relação entre economia e meio ambiente no Brasil. A depender da forma como for implementado e regulamentado, poderá representar tanto um avanço em eficiência quanto um retrocesso na proteção dos recursos naturais.

Com o objetivo de enriquecer ainda mais esse debate, contamos com a colaboração do advogado Murilo Amado, especialista na interseção entre o direito do agronegócio e o direito ambiental, e da advogada Isabella Magalhães, presidente da Comissão de Direito do Agronegócio e Regularização Fundiária da Subseção de Planaltina/DF da OAB.

A seguir, apresentamos as respostas dadas por eles, além de suas respectivas fotos e mini biografias, que ajudam a contextualizar suas visões especializadas sobre o tema.



ISABELLA MAGALHÃES

Isbellamagalhaes.adv@gmail.com

@isbellamagalhaeso @isbellamagalhaes.adv

(61) 9 9123-5040

Isabella Oliveira de Magalhães é advogada, graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, onde também cursa Ciências Contábeis. Atua com ênfase em Direito Empresarial, Planejamento Patrimonial e Sucessório, Direito das Famílias e Recuperação Judicial. Atualmente é diretora do escritório Isabella Magalhães Advocacia e Consultoria Jurídica e presidente da Comissão de Direito do Agronegócio e Regularização Fundiária da Subseção de Planaltina/DF da OAB.

Comprometida com a formação contínua, é pós-graduanda em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Direito Contratual e Responsabilidade Civil pela ESA/OAB, MBA em Direito de Família e Sucessões pela EBPós, e em Direito Processual das Famílias e das Sucessões pela Faculdade Atame.

Além da formação acadêmica, possui ampla participação em cursos e seminários voltados ao aperfeiçoamento técnico, com destaque para temas como Compliance, Fusões e Aquisições, Recuperação Judicial, Liderança e Desenvolvimento Profissional. Sua trajetória é marcada por uma abordagem interdisciplinar e estratégica, voltada à construção de soluções jurídicas sólidas e personalizadas.



MURILO AMADO

muriloamado.adv@gmail.com

[@muriloamado.adv](#)

(61) 8601-4839

Murilo Amado é advogado, com atuação voltada à interseção entre o agronegócio e o direito ambiental. Desenvolveu sua trajetória a partir do compromisso com a regularização e a sustentabilidade no campo.

Atuou em diversas frentes, passando por órgãos públicos como o MPDFT e o TRF1, além do setor privado, o que ampliou sua compreensão do sistema jurídico e das demandas de diferentes setores – do poder público ao produtor rural. Com vivência no agro e certificação como mediador, desenvolveu uma abordagem técnica e conciliadora, voltada à construção de soluções jurídicas eficazes, sustentáveis e sensíveis à realidade do campo.

PERGUNTAS E RESPOSTAS TÉCNICAS:

1. Na sua avaliação, quais são os principais avanços ou retrocessos que o PL 2159/21 representa para o setor agropecuário brasileiro?

R. ISABELLA: O principal avanço é a tentativa de reduzir a burocracia, agilizando processos que hoje são lentos e custosos, especialmente para atividades de baixo impacto. O retrocesso está na fragilização dos critérios técnicos e no risco de afrouxamento do controle ambiental em casos mais sensíveis.

R. MURILO: O principal avanço está na tentativa de uniformizar e simplificar procedimentos de licenciamento ambiental, que atualmente variam muito entre estados e causam insegurança jurídica. Para o agronegócio, isso pode significar maior previsibilidade e celeridade. Por outro lado, há retrocessos potenciais, como a possibilidade de dispensa de licenciamento para atividades com impacto relevante, o que pode gerar conflitos socioambientais e afetar a credibilidade do setor.

2. De que forma a eventual dispensa de licenciamento ambiental para determinadas atividades pode impactar a dinâmica do agronegócio, especialmente para pequenos e médios produtores?

R. ISABELLA: Pode facilitar o início de atividades e reduzir custos operacionais, o que é positivo. Porém, sem clareza e segurança jurídica, os pequenos produtores podem ficar mais expostos a riscos ambientais e legais no futuro, principalmente em áreas de maior sensibilidade.

R. MURILO: Para pequenos e médios produtores, a dispensa pode ser positiva ao reduzir custos e barreiras burocráticas, facilitando regularizações. No entanto, sem critérios técnicos claros, pode haver judicialização, além de riscos de exclusão em mercados que exigem comprovação de boas práticas ambientais.

3. Considerando o cenário de exportações e a crescente exigência por sustentabilidade no mercado internacional, o PL 2159/21 pode trazer algum tipo de repercussão negativa para a imagem do agronegócio brasileiro?

R. ISABELLA: Sim. A flexibilização do licenciamento ambiental pode ser interpretada como

retrocesso em termos de sustentabilidade, prejudicando a reputação do Brasil junto a mercados exigentes, como União Europeia e Reino Unido. Isso pode afetar exportações e acordos comerciais.

R. MURILO: Sim. A percepção internacional e nacional pode ser de afrouxamento das regras ambientais, o que pode afetar mercados sensíveis como União Europeia. O setor agro depende fortemente de sua imagem no exterior e qualquer dúvida sobre sua sustentabilidade pode impactar acordos comerciais e acesso a mercados.

4. Na sua visão, a simplificação proposta pelo PL compromete o controle ambiental em propriedades rurais ou representa um avanço necessário para desburocratizar o setor?

R. ISABELLA: Depende da forma como será aplicada. A simplificação é necessária, mas o texto atual enfraquece a análise técnica, o que compromete a efetividade do controle ambiental. A desburocratização não pode ser confundida com flexibilização sem critério.

R. MURILO: A simplificação, em si, não é negativa, ao contrário, é necessária. O problema está em como ela será implementada. Se for acompanhada de critérios técnicos robustos, ferramentas como autodeclaração com posterior fiscalização podem funcionar. Sem isso, há risco de perda de controle sobre impactos ambientais.

5. Quais estratégias ou medidas os profissionais do setor agro precisam adotar para garantir que a eventual flexibilização não comprometa a responsabilidade ambiental e a sustentabilidade produtiva?

R. ISABELLA: Investir em rastreabilidade, certificações, boas práticas agrícolas e monitoramento ambiental. A autorregulação, combinada com transparência, será fundamental para manter a confiança do mercado e minimizar riscos legais e reputacionais.

R. MURILO: É fundamental investir em rastreabilidade, certificações independentes e uso de tecnologias para monitoramento ambiental. Além disso, aderir voluntariamente a padrões mais rígidos pode mitigar riscos reputacionais e ampliar acesso a mercados. A capacitação técnica também será essencial.

6. A possibilidade de liberar empreendimentos com “significativa degradação ambiental” por meio de modalidades mais simples, como a Licença Ambiental Especial (LAE), pode comprometer a segurança técnica e ambiental no setor agro? Como equilibrar celeridade e rigor?

R. ISABELLA: Sim, pode comprometer. Empreendimentos com alto impacto exigem análise técnica detalhada. O equilíbrio passa por diferenciar o grau de risco ambiental de cada atividade, com critérios técnicos claros e proporcionalidade nos procedimentos.

R. MURILO: A LAE pode ser positiva para atividades de baixo impacto, mas para empreendimentos com “significativa degradação”, o uso de licenças simplificadas pode representar um retrocesso. O equilíbrio vem com análise de risco, fiscalização eficiente e aplicação de condicionantes proporcionais ao impacto.

7. Considerando o contexto atual de mudanças climáticas, eventos extremos e escassez hídrica, quais consequências práticas a flexibilização do licenciamento pode trazer para a estabilidade das cadeias produtivas do agronegócio?

R. ISABELLA: Pode aumentar a vulnerabilidade do setor a eventos climáticos extremos, ao permitir a supressão de áreas de proteção e reduzir a resiliência dos ecossistemas. Isso com-

promete o abastecimento hídrico e a estabilidade produtiva, especialmente em regiões mais frágeis.

R. MURILO: A fragilização do controle ambiental pode levar ao uso ineficiente de recursos hídricos, aumento da vulnerabilidade a eventos extremos e desgaste do solo, o que afeta diretamente a produtividade e estabilidade das cadeias. O licenciamento ambiental deve ser encarado como ferramenta de proteção da própria atividade econômica, e não como entrave.

8. Gostaria de deixar alguma consideração final sobre o equilíbrio entre produção agropecuária e preservação ambiental diante desse novo marco legal?

R. ISABELLA: O setor precisa de agilidade, mas também de previsibilidade e responsabilidade. Produção e preservação não são opostas. Um marco legal moderno deve garantir eficiência sem abrir mão da sustentabilidade como base da competitividade do agro brasileiro.

R. MURILO: O agronegócio brasileiro é altamente competitivo e tem potencial de crescer com sustentabilidade. Para isso, é crucial que o novo marco legal não seja visto como uma carta branca, mas sim como uma oportunidade de aperfeiçoar o licenciamento, com foco em eficiência sem abrir mão do rigor técnico. Preservar é também garantir longevidade à produção.

Inovação no Monitoramento Ambiental: Estações Compactas da Aires Serviços Ambientais

A Aires Serviços Ambientais tem o orgulho de apresentar suas mais novas soluções inovadoras para o monitoramento da qualidade do ar e de compostos odorantes. Nosso compromisso com a sustentabilidade e o avanço tecnológico resultou no desenvolvimento de três estações compactas que se destacam pelo desempenho e precisão na coleta de dados ambientais, atendendo às demandas de diferentes setores da indústria e gestão pública.

“Essas estações são o resultado de nossa expertise e compromisso com a inovação, reafirmando a Aires como uma referência no mercado de monitoramento de qualidade do ar e controle de odores no Brasil.”

(Leonardo Sperandio, Diretor Comercial).

DustPro: Eficiência no Monitoramento de Particulados

A estação compacta DustPro foi projetada especificamente para monitorar as frações de material particulado (MP) mais relevantes para a saúde pública e os padrões de qualidade do ar: PM10, PM2,5 e Partículas Totais em Suspensão (PTS). Esses três parâmetros são críticos para o controle da poluição do ar, uma vez que materiais particulados finos, como o PM2,5, têm impacto direto na saúde respiratória. O DustPro oferece uma solução eficiente e de fácil integração para empresas e órgãos ambientais que buscam monitorar e gerenciar a poluição por material particulado em suas operações.

AiresPro: Monitoramento Completo Segundo a Resolução Conama 506/2024

Em linha com os regulamentos mais recentes, a estação AiresPro foi desenvolvida para monitorar todos os parâmetros exigidos pela Resolução Conama 506/2024, que estabelece os padrões nacionais de qualidade do ar. Esta estação compacta permite o monitoramento de gases como ozônio (O3), dióxido de nitrogênio (NO2), monóxido de carbono (CO), dióxido de enxofre (SO2) e material particulado (MP). O AiresPro é uma ferramenta completa, garantindo que os gestores ambientais tenham em mãos todos os dados necessários para a conformidade regulatória e para a proteção da saúde pública.



OdorPro: Pioneirismo no Monitoramento de Compostos Odorantes

O OdorPro se destaca como a primeira estação compacta do Brasil projetada para o monitoramento de compostos odorantes, como amônia (NH₃), sulfeto de hidrogênio (H₂S) e outros compostos reduzidos de enxofre (CREs). Graças ao nosso laboratório de olfatometria, a Aires Serviços Ambientais lidera o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o monitoramento preciso de odores, com foco especial na olfatometria dinâmica. Essa técnica, utilizada para avaliar a intensidade e a percepção de odores em ambientes industriais e urbanos, coloca a Aires à frente do mercado nacional, atendendo às exigências mais rigorosas no controle de poluição odorante.

O pioneirismo da Aires no setor de monitoramento de odores é resultado de nosso investimento contínuo em pesquisa e inovação. Com o apoio de nosso laboratório interno, estamos em constante evolução, desenvolvendo tecnologias capazes de captar e mensurar odores de forma eficaz, facilitando a tomada de decisão por parte de indústrias e gestores públicos.

Soluções Compactas, Alta Tecnologia

As estações DustPro, AiresPro e OdorPro foram projetadas para oferecer soluções compactas, robustas e fáceis de instalar, atendendo às necessidades de diferentes tipos de operação, desde grandes indústrias até pequenas instalações urbanas. A flexibilidade dessas soluções permite sua adaptação em projetos de diferentes escalas, garantindo a qualidade do ar em regiões diversas.

Ao escolher as estações de monitoramento da **Aires Serviços Ambientais**, nossos clientes podem confiar que estão adquirindo a **mais avançada tecnologia brasileira** para o monitoramento ambiental, com a certeza de estar contribuindo para um futuro mais sustentável e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades impactadas.

Huiner Araújo

Coordenador Comercial & Marketing

Nossa missão é melhorar o ar do mundo!

A Aires é uma empresa especializada no fornecimento de soluções ambientais integradas na área de qualidade do ar, emissões atmosféricas e meteorologia.

Atuamos com uma visão diferente, buscamos entender quais são as variáveis ambientais para que possamos atacar com eficiência cada parte do processo produtivo.

Nossas certificações:

Ensaios
ABNT NBR
ISO/IEC 17025



CRL 1816

A acreditação pela CGCRE de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025 garante a competência técnica dos laboratórios de ensaio e calibração, através da padronização de seus processos de forma a oferecer máxima confiança em nos resultados obtidos.

Gestão da
Qualidade
ABNT NBR ISO 9001



OCS 0069

A certificação de acordo com a ABNT NBR ISO 9001 assegura maior qualidade na entrega dos produtos e serviços, com foco na gestão estratégica. Dessa forma, é possível melhorar a eficiência operacional e também a satisfação dos nossos clientes.

Nossos fornecimentos:

- Monitoramento da Qualidade do Ar;
- Monitoramento de Emissões Atmosféricas;
- Monitoramento de Ruído e Vibração;
- Inventário de Fontes;
- Modelagem de Dispersão de Poluentes;
- Dimensionamento de Redes de Monitoramento;
- Monitoramento de Compostos Odorantes;
- Plataformas de Modelagem;
- Equipamentos e Estações de Referência;
- Estações Compactas: AiresPro®, DustPro® e OdorPro®;



Nossos parceiros:



PICARRO



SCENTROID
Future of Sensory Technology

comercial@aires.com.br
(27) 3376 0473



@respire_aires

Como saberemos que ESG está realmente funcionando?

Por: Erika Figueiredo Pinheiro

Nos últimos anos, três letras passaram a ocupar espaço de destaque em conselhos de administração, relatórios anuais e discussões globais: ESG. Ambiental, Social e Governança.

Mas, afinal, de onde veio esse conceito? E, mais importante: como saber se ele está realmente funcionando?

A ORIGEM DA SIGLA ESG

O termo surgiu em 2004, quando o Pacto Global da ONU e o Banco Mundial publicaram o relatório “Who Cares Wins”, chamando a atenção para a necessidade de integrar questões ambientais, sociais e de governança às análises de risco e às decisões de investimento. A lógica era simples e poderosa: empresas que cuidam desses fatores são mais resilientes, inovadoras e lucrativas no longo prazo. Pouco depois, a iniciativa PRI – Principles for Responsible Investment consolidou esse movimento, estimulando investidores a adotar critérios ESG como parte de suas estratégias. Desde então, a sigla se espalhou e ganhou força. De recomendação de boas práticas, tornou-se exigência de mercado, pressão regulatória e demanda da sociedade.

ESG HOJE – DA TEORIA À PRÁTICA

Atualmente, o ESG influencia diretamente o acesso a crédito, a reputação de empresas e até a permanência em mercados internacionais. Ele ampliou a noção de valor: não basta gerar lucro; é preciso também provar impacto positivo em relação ao meio ambiente, às pessoas e à governança. Contudo, com a popularização do termo, surgiu também um risco: o do ESG narrativo. Relatórios bem elaborados, compromissos de longo prazo e campanhas de marketing não são suficientes se não houver resultados concretos. Essa distância entre discurso e prática gerou desconfiança e colocou em evidência o perigo do greenwashing.

COMO SABER SE ESG ESTÁ FUNCIONANDO?

Essa é a pergunta-chave. A resposta não está no número de relatórios publicados, mas nas mudanças reais que conseguimos observar em

três dimensões:

- Ambiental → Houve redução comprovada de emissões de carbono? Recursos naturais estão sendo usados de forma mais eficiente? Ecossistemas foram preservados ou restaurados?
- Social → Comunidades foram fortalecidas? Houve inclusão de grupos historicamente excluídos? O trabalho digno está sendo garantido?
- Governança → As decisões são tomadas com transparência e ética? Há gestão efetiva de riscos e prestação de contas?

Quando essas respostas são afirmativas e sustentadas por evidências, podemos dizer que o ESG está funcionando.

O DESAFIO DA MENSURAÇÃO

Medir impacto é o maior desafio — e também o caminho para dar legitimidade ao ESG. Hoje, frameworks globais como GRI, ISSB e CSRD ajudam a estruturar relatórios comparáveis. Auditorias independentes fortalecem a confiança nos dados. Além disso, novas tecnologias ampliam nossa capacidade de acompanhar resultados em tempo real. Digitalização e inteligência artificial já permitem monitorar desde emissões até cadeias de suprimentos globais, identificando riscos e oportunidades com mais precisão. Mas o fundamental continua sendo a transparência radical: admitir conquistas, mas também limites e falhas. ESG que funciona é aquele que aprende, ajusta e melhora continuamente.

CONCLUSÃO – UM CONVITE

ESG não é moda passageira. É uma mudança estrutural na forma como entendemos desenvolvimento, negócios e futuro. Ele funciona quando deixa de ser promessa e se transforma em prática diária que gera impacto positivo e mensurável. Da Amazônia ao mundo, aprendemos que não há fronteiras quando falamos de clima, biodiversidade ou justiça social. O que acontece em um território reverbera em todos os outros. Para empresas e sociedades, o desafio é enorme. Mas a oportunidade é ainda maior: transformar riscos em inovação, responsabilidade em vantagem competitiva e compromissos em legados reais. E deixo aqui uma provocação para seguirmos refletindo juntos: Estamos preparados para avaliar o sucesso do ESG não pelo que prometemos, mas pelo que entregamos de impacto concreto?

COP 30 no Brasil: O que esperar da Conferência do Clima em Belém do Pará



Mariana Fieri

(11) 99768-6097

@marianafieri.eng

mariana@mbfambiental.com.br

Engenheira Ambiental (FSA) com pós-graduação em Sistemas de Gestão Integrados da Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança e Responsabilidade Social (SENAC) e MBA em Gestão e Engenharia de Produtos e Serviços (POLI-USP). Possui 15 anos de experiência em consultoria ambiental, com foco em mudanças climáticas e mercado de carbono.

Anualmente, as expectativas referentes as discussões e decisões das Conferências das Partes (COPs) ocupa lugar de destaque na mídia no segundo semestre do ano. Para este ano, com a COP acontecendo em Belém do Pará, no bioma Amazônia, o maior bioma tropical do planeta e essencial para a regulação climática global e manutenção da biodiversidade, traz um peso a mais para as discussões climáticas e expectativas de avanços no tema.

O presidente Lula afirmou que este evento será a “maior COP já realizada”, o que eleva ainda mais as expectativas das partes interessadas. Com menos de 2 meses para a Conferência, o país passa por momentos de indecisão ambiental, que alguns especialistas nomeiam como incoerência. No ano em que a COP acontecerá em pleno coração da Amazônia, discussões políticas relacionadas ao meio ambiente têm chamado a atenção da sociedade. São elas os leilões que ocorreram para a exploração de petróleo na foz do Amazonas e a nova lei do licenciamento ambiental que também pode trazer impactos negativos ao meio ambiente.

No evento pré COP que ocorreu em junho deste ano, em Bonn, na Alemanha, três temas ganharam destaque e deverão ser pauta da COP 30:

- **Transição justa:** refere-se ao desafio de migrar para uma economia de baixo carbono sem deixar ninguém para trás. Isso envolve políticas públicas, financiamento internacional e estratégias que assegurem que trabalhadores, comunidades locais e países em desenvolvimento sejam incluídos e beneficiados.

- **Metas globais de adaptação:** reconhecendo que o aquecimento global já provoca impactos severos, como secas, enchentes, ondas de calor e perda de biodiversidade, as nações discutiram como estabelecer objetivos globais de adaptação. Essas metas devem orientar investimentos em infraestrutura resiliente, sistemas de alerta precoce e proteção de comunidades vulneráveis.

- **Balanço global do Acordo de Paris (Global Stocktake):** o mecanismo de revisão coletiva mostrou que o mundo ainda está distante da meta de limitar o aquecimento a 1,5°C. A discussão em Belém deve focar em como cada país poderá ampliar sua ambição climática, fortalecendo as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e cobrando mais coerência entre metas e ações.

O PAPEL DO BRASIL NA COP 30

O presidente da COP 30, André Correa do Lago, publicou sete cartas abertas à sociedade referente a Conferência do Clima. Nestas cartas ele trouxe o que o Brasil espera com a Conferência e assuntos que precisam ser debatidos. As cartas da Presidência da COP30 transmitem a ideia de que a conferência será um divisor de águas na luta climática. O evento coincide com marcos históricos: dez anos do Acordo de Paris e vinte anos do Protocolo de Quioto, e pela primeira vez será realizado no bioma vital e símbolo global da urgência climática. A mensagem central é clara: chegou a hora de transformar promessas em implementação real, acelerando a transição para uma economia de baixo carbono, reforçando o multilateralismo e aproximando a agenda climática da vida das pessoas.

A Presidência propõe um esforço coletivo que vai além dos governos, envolvendo empresas, sociedade civil, povos tradicionais e jovens em uma mobilização global pela ação climática. Nesse contexto, a Agenda de Ação da COP30 é apresentada como motor para alinhar compromissos e acelerar resultados concretos em mitigação, adaptação e financiamento. O primeiro Balanço Global do Acordo de Paris aparece como bússola desse processo, lembrando que limitar o aquecimento a 1,5°C depende de escolhas imediatas e decisivas.

As cartas ainda ressaltam que a transição deve ser justa e inclusiva, garantindo que comunidades vulneráveis não sejam deixadas para trás. O setor privado é convocado a assumir protagonismo, aproveitando as oportunidades da economia verde e das energias renováveis,

que já movimentam trilhões de dólares e milhões de empregos no mundo. Ao mesmo tempo, mulheres, povos indígenas, jovens e comunidades tradicionais são reconhecidos como guardiões de soluções climáticas e inspiração para novos modelos de desenvolvimento. Em suma, a COP30 é descrita não apenas como uma negociação diplomática, mas como um momento de virada histórica, capaz de redefinir o futuro da humanidade em sintonia com a natureza.

EXPECTATIVAS PARA AS NEGOCIAÇÕES EM BELÉM

Com o olhar do mundo voltado para o Brasil, em se tratando da Conferência das Partes, a COP 30 será decisiva porque marca a reta final para a revisão das metas climáticas até 2030. Entre os principais pontos esperados, considerando as discussões prévias em Bonn e o que foi decidido nas últimas COPs, estão:

1. Revisão e ampliação das NDCs: os países precisarão apresentar compromissos mais ambiciosos e alinhados à meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C.

2. Definição de metas globais de adaptação: com indicadores claros e recursos financeiros para apoiar países vulneráveis.

3. Avanços no financiamento climático: espera-se consolidar o compromisso de mobilizar US\$ 300 bilhões anuais até 2035 para mitigação, adaptação e perdas e danos, ampliando o Fundo de Perdas e Danos criado na COP 27, em Sharm-El-Sheik, no Egito.

4. Aceleração da transição energética: redução do uso de combustíveis fósseis e expansão de fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa.

5. Justiça climática e transição justa: inserindo no centro da pauta como as políticas climáticas podem promover inclusão social, redução de desigualdades e proteção de comunidades impactadas.

Do lado da sociedade civil e de partes interessadas como profissionais ambientais, acompanharemos o caminhar da Conferência, discussões e decisões, esperando que os acordos sejam realizados com responsabilidade e sabendo que a vida de bilhões de pessoas depende das decisões que as autoridades e líderes do mundo tomarão lá dentro, na Blue Zone, no pavilhão da COP.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAR O CONHECIMENTO NO TEMA

Aproveite a matéria para sugerir dois podcasts onde o tema central é Mudanças Climáticas, para aprofundar o seu conhecimento no tema:

1. Podcast Las Niñas

Apresentado pela Natalie Unterstell (Instituto Talanoa) e Caroline Prolo (LACLIMA). Recentemente entrevistaram o Al Gore (ex vice presidente dos EUA que difundiu o tema através do documentário Uma verdade Inconveniente), em sua visita ao Brasil e ele trouxe seu olhar referente ao caminhar das decisões climáticas.

Disponível no Spotify e no Apple Podcasts

2. Podcast Carbono Zero (Reset)

Apresentado por Sérgio Teixeira Júnior, que mostra como diferentes setores impactam o clima liberando grandes quantidades de GEE para a atmosfera e, ao mesmo tempo, apresenta empresas que estão surgindo com novas soluções tecnológicas para transformar esse cenário.

Disponível no Spotify e no Apple Podcasts



ESCREVA UM **ARTIGO** PARA A **REVISTA**

Gosta de escrever e atua em algo que entende ser importante para carreira e atuação ambiental?

Que tal escrever para a revista?



www.napraticaambiental.com.br



AJUDE-NOS A CRIAR A PRÓXIMA EDIÇÃO DA REVISTA



Entrevistas e casos de sucesso:

Especialistas na área ambiental, compartilhando suas histórias, conhecimento e experiências práticas.

Quem você gostaria de ver aqui na próxima edição?



Coluna Social Ambiental:

Os bastidores da carreira ambiental. Eventos, fofocas, promoções, notícias de última hora!

Participou de algum evento? Mande para a gente!



Destaque sua marca na Revista:

Você está em busca de alcançar um público direcionado? Apresentamos nossa revista exclusiva, dedicada inteiramente a soluções ambientais.

FALE CONOSCO:

E SO APERTAR
AQUI



27 99772-3977

